

ATA NÚMERO OITO

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano dois mil e catorze, reuniu o Conselho Geral, no Auditório da Biblioteca da Escola Secundária com 3.º CEB José Macedo Fragateiro, pelas dezoito horas e trinta minutos, sob a presidência da Presidente do Conselho Geral, Maria de Lurdes Ferreira, para dar cumprimento à ordem de trabalhos.

Ponto 1: Período antes da ordem do dia.

Foram aprovadas as atas nºs 6 e 7.

Decidiu-se cumprir o horário, anteriormente estipulado para as reuniões do conselho geral: iniciam-se às 18h30min, havendo 5 minutos de tolerância.

Em relação à proposta apresentada para debate pelo conselheiro José Lopes “*Que perspectivas de evolução da rede escolar em Ovar?*”, decidiu-se que a mesma ficaria agendada para a próxima reunião de Conselho Geral, calendarizada para o dia 13 de maio, tendo em conta a importância do assunto, bem como, a necessidade de haver uma discussão bastante reflexiva sobre o assunto.

De seguida, tomou a palavra o conselheiro Francisco Bernardo, referindo que a Presidente não cumpriu o ponto 4 do artigo 7.º do Regimento deste Conselho “*Auscultar os membros do C G no sentido de apresentarem propostas de assuntos a tratar nas sessões do Conselho Geral.*” ao enviar a convocatória com os pontos da ordem de trabalhos. A Presidente realçou que enviou a convocatória com bastante tempo de antecedência para os conselheiros se pronunciarem sobre a mesma. Concluiu-se que, a Presidente auscultaria primeiro os membros do Conselho Geral e só, posteriormente, elaboraria a convocatória de acordo com o artigo já citado.

Posteriormente, a conselheira Manuela Bornes recordou que ainda não se concretizou a proposta constante na ata nº 6, em que os conselheiros concordaram que houvesse um tempo de reflexão e análise sobre o documento Projeto Educativo e a sua apresentação pública à comunidade educativa bem com o debate de algumas das temáticas aí constantes. A Presidente deste conselho decidiu que seria a Comissão Permanente do Conselho Geral a debruçar-se sobre o assunto e se, necessário, calendarizar as respetivas sessões. Porém, a Comissão Permanente primeiramente irá analisar a viabilidade do pedido em coordenação com a Direção do Agrupamento.

Ponto 2: Tomada de posse do representante dos alunos do Agrupamento de Escolas de Ovar.

O aluno Francisco Tavares a frequentar o 12.º ano tomou posse nos termos do artigo 33º do ponto 4 do Regulamento Interno.

A Diretora do Agrupamento informou que este conselheiro ficou em 2.º lugar nas Olimpíadas de Economia na primeira fase, tendo o conselheiro Francisco aliciado o aluno para preparar o seu futuro substituto.

Ponto três: Processo de Avaliação do Desempenho Docente da Diretora do Agrupamento de Escolas de Ovar (parecer da Comissão Permanente).

A Diretora tomou a palavra manifestando o seu desagrado em relação à divulgação da sua avaliação, por escrito via e-mail, considerando que se procedesse da mesma forma, em relação aos docentes e não docentes, seria decerto objeto de um processo disciplinar. Acrescentou ainda que, a avaliação obedece a determinados procedimentos que são uniformes para todos. Questionou também, a referência à avaliação externa, uma vez que esta ocorreu em 2008 e se reportou apenas à Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico José Macedo Fragateiro, salientando que, a agregação desta escola com o Agrupamento de Escolas de Ovar só ocorreu no final do ano letivo de 2011/2012 e que durante este período não foi sujeita a qualquer tipo de avaliação.

A Presidente deste conselho esclareceu que de acordo com o que ficou acordado na reunião da Comissão Permanente e tendo por base o relatório elaborado na mesma, fez um pedido de esclarecimento, por escrito, para a Delegada Regional dos Estabelecimentos Escolares da Região Centro, sobre o processo avaliativo da Diretora do Agrupamento, designadamente no que diz respeito à avaliação externa realizada pela Inspeção Geral da Educação e Ciência. Em resposta, o Chefe de Equipa Multidisciplinar de Apoio à Gestão acusou a receção do ofício, informando que as questões relativas à Avaliação do Desempenho Docente deveriam ser remetidas diretamente para a DGAE. Assim, o pedido de esclarecimento foi endereçado à respetiva entidade que respondeu “... *que a avaliação externa deverá ser considerada na determinação da proposta de*

classificação final...”. Deste modo, a Comissão Permanente apresentou um relatório, propondo a avaliação final da Diretora.

O Conselho Geral expressou a sua dúvida quanto ao período a considerar no referido ciclo avaliativo. Assim, sugeriu que o documento apresentado pela Comissão Permanente voltasse de novo à mesma, com vista ao esclarecimento desta dúvida junto das autoridades competentes para tal. O assunto será de novo objeto de análise em Conselho Geral, após a receção de novas informações.

Ponto quatro: Parecer/reflexão sobre uma eventual deslocalização das unidades de ensino estruturado.

A Diretora informou que, no ano letivo passado, as crianças do pré-escolar da Unidade de Ensino Estruturado de Autismo da Ponte Nova que foram para a Unidade de S. Donato, tiveram problemas de adaptação. Estas Unidades acolhem alunos de Ovar e de outras localidades, nomeadamente Feira e Esmoriz. Na opinião da Diretora, se a deslocalização destas Unidades fosse para uma escola central, permitiria que estas crianças frequentassem a piscina e o Centro de Arte. Informou ainda que, estão matriculadas três crianças no Pré-escolar (duas destas irão para o 1.º Ciclo) e há sete crianças matriculadas no 1.º Ciclo. Quando questionada sobre a escola que acolheria esta Unidade, respondeu que na sua opinião seria o Centro Escolar dos Combatentes. Contudo, afirmou que esta mudança não será fácil para todos os intervenientes. O conselheiro Francisco Bernardo referiu que não é vantajoso, as Unidades estarem em locais diferentes e distantes e concorda com a sua deslocalização para uma escola central, referindo que é apenas uma reflexão, por não se sentir ainda confortável para transmitir um parecer. O conselheiro João Duarte concordou e mencionou que há falta de condições na EB de S. Donato. De acordo com este conselheiro, a mudança do 1.º para o 2.º Ciclos é muito dolorosa para as crianças com esta problemática. Referiu ainda que, quando estes alunos terminam o 1.º Ciclo, transfere-se muita responsabilidade para os gabinetes particulares. Para este conselheiro José Lopes a escola António Dias Simões seria uma possibilidade para o funcionamento desta Unidade e que este assunto, na sua opinião, é uma antecipação do tal debate “*Que perspetivas de evolução da rede escolar em Ovar?*” de que é subscritor. A Presidente deste conselho concordou, considerando que a Escola António Dias Simões era o local mais indicado, tendo em conta que os espaços livres aí existentes são mais adequados e considerando que a

mudança de espaços físicos é brutal para estas crianças. O conselheiro António Gonçalves referiu que esta reflexão fazia todo o sentido, mas transferir estes alunos para escola maiores, requer a criação de condições para facilitar a vinculação dos mesmos. É de opinião que a sua localização seja feita próxima da escola do 2.º Ciclo. A conselheira Teresa Dias informou que o Centro Escolar dos Combatentes não é uma escola que tenha um ambiente calmo, sobretudo à hora dos intervalos. Afirmou que, os alunos em tempo de chuva, brincam dentro dos corredores da escola e o ambiente é ensurdecedor. As crianças ficam muito agressivas porque passam muito tempo fechadas. Mencionou ainda que, se a Unidade de Ensino Estruturado for para o Centro Escolar dos Combatentes terá de se ter em atenção que as aulas no 1.º Ciclo funcionam no primeiro andar, sendo necessário muito cuidado porque as crianças debruçam-se para o rés-do-chão o que é muito perigoso. Na sequência da discussão, a conselheira Manuela Bornes questionou se seria benéfica a integração destas crianças, tal como se tem estado a fazer. Esta conselheira, bem como as conselheiras Margarida Cardoso e Teresa Dias referiram que a vantagem destas crianças frequentarem o Centro Escolar dos Combatentes, tem a ver com o facto das mesmas estarem diluídas por várias turmas, o que não sucede em escolas pequenas. Ao longo desta discussão, o conselheiro Francisco Tavares foi questionando os conselheiros sobre esta problemática. Todos os conselheiros concordaram que as Unidades de Ensino Estruturado deveriam estar juntas, decidindo-se retomar este assunto na próxima reunião, agendada para o dia 13 de maio para que os conselheiros amadurecessem as suas ideias.

Ponto cinco: Análise e aprovação do Relatório da Conta de Gerência.

Foi aprovado por unanimidade o relatório da conta de gerência. Contudo, o conselheiro António Costa sugeriu que seria enriquecedor que o Relatório tivesse dados comparativos com anos anteriores. A Diretora considerou que o presente Relatório se refere, apenas, ao ano letivo de 2013. O conselheiro questionou também quem financiava as visitas de estudo. A Diretora respondeu que uma parte era financiada pela escola e a outra, pelos alunos.

Ponto seis: Apreciação do relatório dos resultados efetuados no refeitório da ADS e da ESJMF no 1º período.

O Conselho Geral fez a apreciação do referido relatório, tendo a Diretora do Agrupamento explicado como foi feita a avaliação do refeitório junto dos alunos.

O conselheiro Francisco Bernardo, um dos elementos da equipa da Avaliação Interna, realçou a importância do relatório de Autoavaliação do Agrupamento também ser trazido ao Conselho Geral, em momento oportuno.

Não estiveram presentes na reunião os seguintes conselheiros: Rui Polónia, Filipe Faria e Manuel Silva cujas faltas foram devidamente justificadas.

E nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada a presente ata e deu-se por terminada a reunião.

As Secretárias

Teresa Andrade/ Teresa Dias

A Presidente da Reunião

Maria de Lurdes Ferreira